(DES)INDUSTRIALIZAÇÃO, PETRÓLEO E OS EFEITOS DA "DOENÇA HOLANDESA[1]" EM ANGOLA

"É o excremento do diabo. Estamos afogados no excremento do diabo"

Juan Pablo Pérez Alfonso, ex-Ministro dos Petróleos da Venezuela

"Gostaria que o seu pessoal tivesse encontrado água."

Rei Idris, da Líbia, ao ser informado de que um consórcio norte-americano encontrara petróleo no seu país.

Por: Noé Mateus, Docente Universitário

A doença holandesa é um problema antigo, essencial para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos países, na óptica do aproveitamento económico dos recursos naturais. Em economia, a expressão refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio, a desestruturação e retrocesso do sector manufactureiro interno.

A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para os países que os possuem, levando-os a se especializarem na extracção desses bens e a não se industrializarem ou mesmo a se desindustrializarem — no caso em que já tenham alcançado algum progresso tecnológico —, o que, a longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento económico e social.

"Na grande época da criação do sistema de divisão internacional do trabalho, certos países (os que se industrializavam) desenvolviam-se, especializando-se em sectores em que o desenvolvimento tecnológico penetrava com rapidez, e outros especializavam-se em actividades em que a abundância de recursos naturais lhes conferia vantagens. Para explicar um e outro caso, do pv estático, tinha validade a lei das vantagens comparativas".[2]

---

1 Os holandeses compreenderam que enfrentavam uma doença económica ao descobrir e passar a explorar o gás de petróleo nos anos 1960; Conforme a enciclopédia, em economia, **doença holandesa,** (do inglês *Dutch disease*) refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do sector manufatureiro..

2 Celso Furtado: *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*, 2.ª ed., 1976, p. 329.

A doença holandesa é uma falha de mercado, que gera externalidades negativas nos outros sectores de bens e serviços comercializáveis da economia, impedindo esses sectores de se desenvolverem, não obstante usarem a melhor tecnologia e boas práticas administrativas e de gestão.

A expressão foi inspirada em acontecimentos dos anos 1960, nos Países Baixos, onde a descoberta e exportação de gás natural teve como consequência um aumento substancial das exportações do país e a sobrevalorização do florim, moeda da época.

Na década de 1980, foram surgindo os primeiros estudos académicos sobre o tema, e o primeiro modelo de doença holandesa foi estudado pelos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary, em 1982. Imaginaram no seu modelo uma economia com três sectores. Um sector muito competitivo internacionalmente (o de recursos naturais) "*booming*" [florescente], a exemplo do petrolífero e de outros minerais, um sector pouco competitivo em termos internacionais (o manufactureiro) "*lagging*" [atrasado] e um sector não exposto directamente à concorrência internacional (como o de serviços e a construção civil, por exemplo).

A doença holandesa é um fenómeno estrutural que, à partida, cria obstáculos à industrialização e à diversificação económica de um país, ou, se a doença tiver sido neutralizada e o país se industrializou, o seu ressurgimento provoca a desindustrialização.

É uma falha de mercado que implica a existência de uma diferença entre a taxa de câmbio, que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país e a taxa de câmbio, a qual permite a existência de sectores económicos eficientes de bens e serviços comercializáveis, além daqueles beneficiados por rendas ricardianas, tais como o das *commodities*.

Somente quando a doença holandesa for neutralizada o mercado estará apto a tornar a taxa de câmbio de mercado próxima do segundo equilíbrio e, assim, alocar eficazmente os recursos, encorajar o investimento, a promoção da indústria e a inovação.

Um aumento da rentabilidade do sector mais competitivo, decorrente do aumento da venda ou da descoberta de novas fontes de recursos naturais, pode afectar a economia, por via da migração da mão-de-obra qualificada para esse sector. Um aumento da receita do petróleo afecta negativamente as mulheres, sob o ponto de vista do emprego e da sua emancipação socioprofissional. Enquanto as fábricas, a educação e a saúde atraem as mulheres para fora de casa, para integrarem a força do trabalho e para o empreendedorismo, a riqueza do petróleo que permite a importação de grande parte dos bens de consumo e incentiva-as a permanecerem em casa, bloqueando um caminho essencial para a sua capacitação.

Por outro lado, o "efeito renda adicional" gerada pelo recurso abundante em benefício dos vários agentes económicos, inclusive do Estado, com o consequente aumento da procura de bens produzidos pelo sector não exportador, provoca uma alta geral dos preços no país, em prejuízo do sector exportador menos competitivo, que deverá pagar salários e insumos mais caros e, portanto, será obrigado a aumentar os preços de venda, perdendo o país competitividade internacional. Desta forma, o sector exportador menos competitivo tenderá a encolher provocando a desindustrialização indirecta[3].

Enquanto no modelo de Ricardo as rendas ricardianas beneficiavam somente os proprietários das terras mais produtivas, no caso da doença holandesa, se elas não forem neutralizadas, no curto prazo aparentemente beneficiarão todos os consumidores do país, porque estes compram bens e serviços.

Mas essa aparente solução económica prejudica o país no médio e no longo prazos, porque inviabiliza a industrialização ou, mais amplamente, a transferência de mão-de-obra qualificada e *know-how* para sectores com maior valor acrescentado *per capita*, transferência essa que, na economia real, perfila entre as principais origens do aumento da produtividade e, como consequência, do crescimento e do desenvolvimento económico e social.

3 W Max Corden e J. Peter (1982).

Havendo doença holandesa e não sendo ela neutralizada, as empresas “potenciais” —, que poderiam ser constituídas com utilização de tecnologia no estado da arte mundial — terão expectativas de lucro negativas e serão, portanto, economicamente inviáveis.

Foram identificadas por Bresser Pereira[4] três situações paradigmáticas de incidência da doença holandesa:

i) a descoberta de recursos naturais, que incorporam rendas ricardianas num país pobre, inviabiliza a industrialização e a diversificação da economia desse país;
ii) a mesma descoberta num país rico leva a desindustrialização, enquanto não for devidamente neutralizada, como foi o caso dos Países Baixos, e, finalmente;
iii) a liberalização radical das contas externas comerciais e financeiras do país implica o abandono das políticas que neutralizam a doença holandesa e levam igualmente à desindustrialização prematura, ao aumento da dependência e à elevação da vulnerabilidade da economia do país aos choques externos.

Segundo alguns autores, o primeiro caso foi o da Arábia Saudita, da Venezuela e de muitos outros países, entre os quais Angola.

Em Angola, os investimentos públicos e privados na indústria sempre foram escassos, erráticos e concentrados em poucos projectos, em particular têxteis e cimento.

A falta de poupança interna, a inexistência de um ambiente macroeconómico propício ao investimento, a ausência de capitais privados, bem como de políticas de incentivos ao investimento interno impediram que os sectores económicos privados, fora da indústria petrolífera e mineira, se desenvolvessem. Osegundo caso foi o dos Países Baixos e do Reino Unido. O terceiro foi o caso do Brasil, da Argentina e do México.

4 Bresser-Pereira, 2008.

Os sintomas mais importantes da doença holandesa são a sobrevalorização da taxa de câmbio, o baixo crescimento do sector manufactureiro, o da agricultura e do agronegócio, o rápido aumento do sector de serviços, os altos salários médios do sector extractivo, em contraste com os outros sectores, o aumento da exclusão económica e social, o aumento da informalização da economia, o subemprego e o desemprego endémico.

Em Angola, o petróleo não apenas afectou os câmbios, sobrevalorizando o kwanza, como a entidade reguladora da moeda, o BNA, mediante a implementação de câmbios fixos, controlou as taxas no sentido de as sobrevalorizar ainda mais e mantendo esta sobrevalorização mesmo quando o mercado já exigia a liberalização. Esta acção do Estado, que visou o aumento deliberado do consumo, subvencionando as importações de produtos alimentares com as receitas estatais do petróleo, importando inclusive produtos da cesta básica, intensificou a destruição da produção nacional e o desaparecimento do incipiente e frágil empresariado nacional.

Deste modo, se aumentou a vulnerabilidade da economia nacional aos choques externos, como acontece actualmente por conta das variações do preço do petróleo no mercado internacional.

Opondo-se ao pensamento fisiocrático das vantagens comparativas sobre a especialização monolítica e exclusiva dos países na exploração dos seus recursos naturais, a tese de Raul Prebish[5] demonstrou que os países em desenvolvimento deviam se industrializar, porque os países ricos conservam para si os ganhos da produtividade, ao invés de transformá-los em baixa de preços, que beneficiaria todos os importadores dos bens industriais por si produzidos.

Segundo o mesmo, se no século XIX a Alemanha acreditasse no argumento dos economistas ricardianos de que as suas vantagens comparativas estavam na agricultura, não teria desenvolvido, ainda naquele século, uma indústria mais desenvolvida do que a britânica.

5 Raul Prebish, economista argentino, nascido a 17 de Abril de 1901, foi o mais destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento económico com a obra *O Pensamento Latino-Americano* e outras que publicou.

A teoria económica nos diz que o desenvolvimento económico começa pela revolução agro-industrial e se caracteriza pela industrialização. Assim, a doença holandesa é um obstáculo a esse desenvolvimento, porque impede o desenvolvimento da agricultura e a industrialização. Ou, mais precisamente, porque impede a diversificação da economia e a transferência de mão-de-obra com valor acrescentado *per capita* mais elevado para outros sectores da economia.

No sentido amplo, há industrialização sempre que houver a transferência de mão-de-obra qualificada, mais treinada e mais educada para sectores com valor acrescentado *per capita* mais elevado. À medida que os países se desenvolvem, vão deixando os sectores com menor valor acrescentado *per capita* para países menos desenvolvidos.

De acordo com Armando Janeira, não são pois as riquezas naturais que possui que fazem a prosperidade de um país, é o trabalho "abnegado" e a aplicação da inteligência[6].

Tendo ou não petróleo, altos níveis de investimento são essenciais para o desenvolvimento a longo prazo do país. De acordo com um relatório elaborado em 2008 pela Comissão de Crescimento e Desenvolvimento da ONU," nenhum país tem crescimento rápido e sustentado sem também manter impressionantes taxas de investimento publico — em infra-estruturas, educação e saúde." Se os países produtores de petróleo e de diamantes querem que as futuras gerações beneficiem da extracção dos recursos de hoje, devem investir ainda mais que os outros países.

Uma das primeiras prioridades deve ser em investimentos na remoção dos estrangulamentos ao desenvolvimento, de modo que os investimentos subsequentes sejam mais eficazes. Referimo-nos a educação, saúde, construção de infra-estruturas e equipamentos públicos com a formação bruta de capital fixo, entre os quais estradas, saneamento básico, energia, água e telecomunicações.

6 Janeira Armando, 1985, p. 191.

Coller (2010) chama-lhe “estratégia de investir em investir”, com foco em projectos que ajudem a reduzir o custo e aumentem a eficácia dos investimentos futuros.